



Educação e Pesquisa

ISSN: 1517-9702

revedu@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

de Moraes, José Damiro
Noemy Rudolfer e a organização da escola e do mundo do trabalho nos anos 1920 e 1930
Educação e Pesquisa, vol. 38, núm. 2, abril-junio, 2012, pp. 485-497
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29823285014>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Noemy Rudolfer e a organização da escola e do mundo do trabalho nos anos 1920 e 1930

José Damiro de Moraes

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Resumo

Os anos 1920 e 1930 são importantes para compreendermos e percebermos a organização do Estado e das relações entre capital e trabalho, bem como a construção de um pensamento educacional liberal. Na época, a educação despontava como uma preocupação das elites e dos governantes, seja nas discussões ocorridas no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE), seja por meio das reformas educacionais dos Estados. A psicologia que se buscava consolidar no campo científico apresentava propostas para o campo da educação e do trabalho com a orientação e a formação dos futuros dirigentes e dirigidos. Foi nesse campo que Noemy Rudolfer teve relevante destaque ao pensar e agir em defesa da psicologia educacional e de suas variantes destinadas ao ambiente escolar, como a orientação profissional. Em ambos os domínios, ela pretendia colocar *o homem certo no lugar certo*. A ampliação do controle na esfera do trabalho e na escolha das carreiras no campo educacional objetivava instaurar a psicologia como ciência que habilmente evitaria os conflitos sociais. Rudolfer contribuiu para isso ao fortalecer e ampliar o campo a partir de sua atuação na divulgação e na aplicação da psicologia educacional e da orientação profissional no país, configurando uma modernização conservadora. A partir de sua produção e de sua trajetória, buscamos desvelar a colaboração de Rudolfer para a construção de tal pensamento no Brasil dos anos 1920/1930, quando se assumia um discurso modernizador.

Palavras-chave

Psicologia educacional – Escola Nova – Modernização conservadora – Noemy Rudolfer.

Correspondência:

José Damiro de Moraes
Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade Interdisciplinar de
Humanidades
Rodovia MGT 367 – Km 583, nº 5000
39100-000 – Diamantina/MG
jdamiro@gmail.com

Noemy Rudolfer and the organization of school and of the world of labor in the 1920s/1930s

José Damiro de Moraes

Federal University of the Valleys of the Jequitinhonha and Mucuri

Abstract

The 1920s/1930s are important to understand and perceive the organization of the State and the relations between capital and labor, as well as to construct a liberal educational thought. At the time, education was beginning to appear as a concern of the elites and of those in government, both in the discussions taking place within the Brazilian Education Association (ABE) and through the educational reforms of the States. Psychology, striving to consolidate itself within the scientific arena, offered proposals in the field of education and labor for the orientation and formation of future leaders and followers. It was within this scenario that Noemy Rudolfer played an important role by thinking and acting in defense of educational psychology and its variants, such as professional orientation, targeted at the school environment. In both domains, she intended to put the right man at the right place. The expansion of control in the realm of labor and career choice within the educational field aimed at establishing psychology as a science that would skillfully avoid social conflict. Rudolfer contributed to that project by strengthening and expanding the field through her activities in divulging and applying educational psychology and professional orientation in the country, thereby helping to shape a conservative modernization. Based on her production and trajectory, we seek here to reveal Rudolfer's contribution to the construction of such thinking in Brazil in the 1920s/1930s, when a modernizing discourse was being adopted.

Keywords

Educational psychology – New School – Conservative modernization – Noemy Rudolfer.

Contact:

José Damiro de Moraes
Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri
Faculdade Interdisciplinar de
Humanidades
Rodovia MGT 367 – Km 583, nº 5000
39100-000 – Diamantina/MG
jdamiro@gmail.com

Noemy Marques da Silveira nasceu no dia 8 de agosto de 1902, em Santa Rosa do Viterbo, interior de São Paulo, e faleceu na capital paulista em 16 de dezembro de 1980. Assumiu o sobrenome Rudolfer ao casar-se com o engenheiro tcheco Bruno Rudolfer, em 1933¹. Estudou na Escola Normal do Brás de 1914 a 1918. Formada, começou a lecionar como professora substituta e, em 1921, por concurso de provas e títulos, assumiu o cargo de professora primária adjunta no Grupo Escolar Prudente de Moraes, na capital paulista, lá permanecendo até 1927. Entre 1927 e 1930, foi assistente de Lourenço Filho na área de psicologia e pedagogia na Escola Normal da Praça, e participou da aplicação dos *Testes ABC*, um dos trabalhos em que se envolveu diretamente. Nesse período, segundo Mirian Jorge Warde (2002),

Lourenço Filho desenvolveu com Noemy um plano particular de estudos em torno das mais avançadas teorias psicológicas européias e norte-americanas com as quais vinha sendo trabalhado na Cadeira de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal da Praça [...]. Nesse período, as relações com o novo mestre foram intensas: ele a chamou para a função de preparador da Cadeira, bem como encarregou-a de aplicar testes (incluindo a colaboração direta na padronização dos testes ABC) e de desenvolver experimentos no Laboratório de Psicologia Experimental, anexo à Cadeira de psicologia e Pedagogia. (p. 860)

Em 1928, Noemy Rudolfer viajou com um grupo de educadores aos Estados Unidos com subsídios da Associação Brasileira de Educação (ABE) e do *International Institute of Education* de Nova York. O objetivo dessa visita era conhecer e estudar a educação daquele país. Posteriormente retornou aos EUA, em 1930, para aprofundar seus conhecimentos em psicologia no *Teacher's College* da Universidade

1- No desenvolvimento do artigo, optamos por utilizar o sobrenome Rudolfer para identificar os textos consultados na pesquisa.

de Colúmbia, Nova York, frequentando aulas de Kilpatrick, Dewey, Thorndike, Gates e outros (RUDOLFER, 1942?).

Rudolfer assumiu, no ano de 1931, a coordenação do Serviço de Psicologia Aplicada, ligado à Diretoria Geral de Ensino de São Paulo e dirigido por Lourenço Filho (1930/1931). Com a substituição desse educador por Sud Mennucci na conturbada política de troca dos intervenientes em São Paulo, Noemy pediu demissão do Serviço². Após a ida de Lourenço Filho para o Rio de Janeiro, a professora assumiu a Cadeira de Psicologia Educacional e, a partir do Código de Educação paulista de 1933, o Serviço de Psicologia Aplicada saiu das dependências do Departamento de Educação e passou a fazer parte do recém criado Instituto de Educação.

Com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, o Serviço de Psicologia Aplicada alterou sua denominação para Laboratório de Psicologia, permanecendo vinculado ao Instituto de Educação; entretanto, não estava subordinado à cadeira de Psicologia, mas sim à de um chefe. Em 27 de julho de 1936, Noemy apresentou uma proposta à Congregação do Instituto de Educação que reorganizava o Laboratório de Psicologia “como órgão de investigação e estudos anexo à cadeira de Psicologia Educacional do Instituto de Educação, com a supressão do cargo de chefe do mesmo laboratório” (SÃO PAULO, 1936). Essa modificação centralizava e ampliava o poder da professora no campo acadêmico de pesquisa e em suas preocupações com a orientação profissional. Naquele mesmo ano, ela defendeu sua tese de cátedra, denominada *A evolução da psicologia educacional através de um histórico da psicologia moderna* e publicada em 1938 como livro sob o mesmo título³.

Também em 1938, os curso de nível superior que vinham sendo ministrados no

2- Noemy Rudolfer retornou ao Serviço Aplicado de Psicologia somente em 1933, quando Fernando de Azevedo encarregou-se da Diretoria Geral de Ensino.

3- Em 1960, na segunda edição do livro, o título foi modificado para *Introdução à psicologia educacional* (BAPTISTA, 2001, p. 338), sendo muito utilizado em escolas normais até os anos 1980.

Instituto de Educação foram incorporados pela USP com a instalação da Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Nesse movimento, o Laboratório e a Cátedra de Psicologia tiveram intensa participação no processo de renovação educacional da época (ANGELINI, 2002).

No desfiar das tramas em que se envolveu Noemy Rudolfer, procuramos compreender sua trajetória no entrelaçar do movimento renovador da educação, dando destaque a seu compromisso com a psicologia educacional e com a orientação profissional. Dessa forma, buscamos realçar a construção e o fortalecimento de um campo específico para sua atuação que é revelador de suas opções para aquele momento histórico. Na construção da trajetória dessa professora, não podemos assegurar plenamente a “suficiência e exaustividade da explicação de uma realidade”, mas pretendemos que “uma situação histórica seja inteligível como um todo, no que, em qualquer caso, deve também se distinguir sujeitos históricos” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 386). Assim, o objetivo é buscar revelar as contradições e os compromissos de classe de Rudolfer, bem como seu papel na educação e no próprio período.

Psicologia e orientação

profissional: a organização do trabalho e da escola

Normalista, Noemy Rudolfer abraçou a psicologia e as possibilidades de relacioná-la com o escolanovismo, principalmente no que diz respeito à personalidade do educando e ao desenvolvimento de suas capacidades individuais. Isso fica evidente em sua comunicação apresentada à Sociedade de Educação de São Paulo em 1927, quando Rudolfer era adjunta do Grupo Escolar Prudente de Moraes, na capital paulista. Nessa ocasião, sob o título *Preparo da linguagem escrita*, ela demonstrou sua preocupação com a redação dos alunos a partir de seu estudo da obra *Livro de composição*, de Olavo Bilac e Manoel Bonfim.

Suas críticas condenavam a forma de utilização desse livro no ensino secundário, pois, segundo Rudolfer (1927), o que era para ser utilizado como um modelo revertia-se em cópia de temas e planos, levando os alunos a executarem “uma redação mecanizada pela ausência do aproveitamento das próprias idéias e da sua disposição lógica” (p. 59). Para ela, tal postura prejudicava a individualidade da criança em um importante momento de sua afirmação no que concerne à criação e à escrita. Em sua condenação a esse tipo de ensino, a professora afirmava que isso “não é aprendizado, porque não se realiza no domínio ativo” (p. 59), o que significava, para ela, a ausência da criança no processo de construção e domínio do conhecimento.

Nesse mesmo texto encontramos uma crítica ao processo educacional desenvolvido no período, bem como indícios da prática e da teoria defendidas pela educadora, que se vinculava aos princípios da Escola Nova. Um exemplo disso é a defesa de que o exercício desenvolvido deveria estar centrado no aluno, o qual, estimulado pelo professor, procuraria resolver os problemas de forma autônoma. Assim, a criatividade e a simplicidade poderiam emergir, caso as crianças fossem afastadas das divagações e do uso de palavras desconhecidas (RUDOLFER, 1927).

Tal documento trata, ainda, a respeito da orientação profissional, outro âmbito de preocupação e intervenção de Noemy Rudolfer no período. É importante destacar que essa temática recebeu atenção de vários intelectuais ligados à elite do período, tais como Roberto Simonsen e Roberto Mange.

No campo da psicologia industrial, o mais antigo e importante grupo brasileiro foi orientado pelo engenheiro suíço Roberto Mange. Em 1926, esse intelectual realizou estudos pioneiros sobre seleção profissional, sistematizados a partir de 1930 nos Serviços de Seleção e Orientação de Ferrovias de São Paulo e, em 1942, no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (CABRAL, 1950; CUNHA, 1991). O professor Lourenço Filho (1978), em seu livro *Introdução*

ao estudo da *Escola Nova*, ao referir-se aos serviços de orientação profissional, afirma:

O fim da educação, concordavam todos, é a formação e expressão integral da personalidade. Mas nenhuma personalidade se forma sem que se considerem condições concretas. Dantes, podiam as famílias decidir, com seus próprios recursos, da orientação a ser dada aos jovens, por isso que os caminhos da vida profissional eram relativamente poucos, e a opção entre eles especialmente se fazia pela situação social e econômica que ocupassem. Agora com os tipos tão diversificados de ocupação, torna-se indispensável oferecer aos educandos e suas famílias elementos para decisão mais esclarecida e satisfatória. (p. 258)

Lourenço Filho, porém, não explicita quais seriam as vantagens da orientação profissional para a sociedade. Coube a Noemy persistir na temática e apresentar indicativos nesse sentido em sua tese *Orientação profissional e seu objetivo: papel da escola primária como pré-orientadora profissional*, na Comissão de Ensino Primário e Secundário (CEPS) durante a II Conferência Nacional de Educação da ABE, realizada em Belo Horizonte (1928).

Nesse trabalho, Rudolfer defendeu que a orientação profissional estava estreitamente vinculada ao equilíbrio social e à manutenção da ordem política, daí sua importância. Sua tese sustentava-se no princípio de melhor explorar os valores humanos na expansão e na produtividade industrial. Com isso, o campo da orientação profissional deveria ampliar seu trabalho junto às classes sociais e penetrar em todas “as manifestações de atividade por meios preventivos e curativos, com uma ação – positiva ou negativa – que é filantropia e dedicação” (RUDOLFER, 1929, p. 87).

Para Rudolfer (1929), a função da orientação profissional seria guiar “os indivíduos para a profissão adaptada às suas aptidões”. Em seu entendimento, a orientação devolveria

o “amor pelo trabalho”, levando a um rendimento intenso e a uma economia maior. Assim, evitava-se o “desperdício de forças preciosas”, a “instabilidade operária e os acidentes de trabalho para o profissional e para aqueles que são alcançados pela sua ação”. Como um plano mais integrado de ajustamento social, tal ação estaria voltada à juventude que, ao sair das escolas, seria conduzida “para a atividade em equação de suas tendências – esta é sua obra fundamental” (p. 87).

O objetivo perseguido era tornar o local de trabalho um espaço apolítico que, amparado pela ciência e pela organização racional, estabelecesse uma relação cordial entre patrões e trabalhadores. De acordo com Rudolfer (1929), a orientação profissional cumpriria o papel de descobrir o lugar de cada indivíduo e adaptá-lo ao processo produtivo a partir dos princípios do taylorismo. Assim, atingir-se-ia outra finalidade da orientação, a qual estava relacionada aos procedimentos da organização racional e científica do trabalho; em outras palavras, tratava-se de fazer o “operário produzir mais com fadiga mínima” (p. 88).

Aliada a essas ideias, encontramos a preocupação com a manutenção da ordem social, motivo primordial para o período entendido como o *mais elevado fim* da orientação profissional. Segundo a professora, o erro na escolha da profissão e os problemas sociais estavam intimamente ligados, pois eram decorrentes da inaptidão profissional “motivada pela falta de capacidade intelectual ou afetiva”. Essa multidão de desajustados sociais era fruto de uma decisão errada, tornando-se propícia “à eclosão das idéias anarquistas, de ódio, de luta de classes” perturbadoras do equilíbrio social⁴. A partir desse argumento, Rudolfer (1929) questionava: “Não seria, porém, acaso ilícito imaginar-se que esses agentes teriam menos dinamismo se esses indivíduos se dedicassem a ocupações corres-

4- Os anos 1920, marcados por revoltas e forte repressão, obrigaram o presidente Arthur Bernardes (1922-1926) a governar por estado de sítio (SAMIS, 2002; ROMANI, 2003). Tal contexto ofereceu elementos para o discurso do controle social almejado por Noemy Rudolfer.

pondentes à sua necessidade de desenvolvimento e adaptação?” (p. 89).

A educadora acreditava que a frustração fertilizava o terreno para aqueles que atentavam contra a ordem social. Em oposição, a orientação profissional seria um importante instrumento na preservação social, pois desviava

os indivíduos das profissões contrárias às suas aptidões, *conduzindo-os* a outras mais modestas, porém mais adequadas, assegurando-lhes remuneração proporcional à sua capacidade, evita-lhes os males provenientes da inaptidão; estabelece – benefícios econômicos – equitável partilha dos salários *por certa equivalência de rendimento decorrente de capacidade idêntica*. (RUDOLFER, 1929, p. 90, grifos nossos)

É legítimo supor que a orientação profissional centralizaria o poder de *racionalizar* o valor dos salários ao organizar uma equivalência entre indivíduos, capacidades e rendimentos, reduzindo custos e aumentando a produção. Além disso, também se institucionalizaria um processo de discriminação (classificação) controlado por testes, o que induziria as pessoas a optarem por profissões mais *adequadas*.

Rudolfer defendeu que a prosperidade nacional e a paz coletiva somente estariam garantidas mediante o investimento em orientação profissional. A organização de tal serviço beneficiaria vários setores da sociedade: ao capital, aliviaria em 25% a porcentagem de trabalhadores mal adaptados; aos sindicatos operários, aperfeiçoaria a capacitação profissional; aos patrões e trabalhadores, auxiliaria na formação de aprendizes e na distribuição dos postos de trabalho para todos; aos pais, impediria que crianças e jovens contrariassem suas aptidões profissionais; e, finalmente, beneficiaria o ensino público e particular, bem como aqueles que atuavam em obras de proteção à infância e à mocidade. Por fim, a professora conclamava e solicitava a colaboração de todos no sentido de divulgar os ideais da

orientação profissional, pois disso dependeria o início da solução dos problemas do país. Seu objetivo era acabar com as revoltas, as greves, a luta de classe e o anarquismo, elementos considerados como opções equivocadas dos indivíduos no campo profissional.

Para sustentar sua tese, a professora baseou-se no resultado de uma pesquisa desenvolvida em grupos escolares de São Paulo, envolvendo 1.350 crianças (696 meninas e 654 meninos) de 11 a 14 anos. Ao considerar as respostas dadas às perguntas *O que vai ser quando crescer?* e *Por quê?*, ela revigorava sua crença na necessidade de um serviço de orientação profissional.

Na análise sobre as respostas femininas, Rudolfer (1929) observou que as opções seguiam o desejo dos pais: “muito natural; fraca, incapaz de deliberar por si mesma, a menina se submete” (p. 91). Os meninos, em sua interpretação, procuravam fugir da influência da família e, desejosos de fortuna, indicavam as atividades mais bem remuneradas. Isso significava, segundo ela, “o amor à liberdade e à afirmação de personalidade, sob o *império da moda*” (p. 91, grifo nosso). Entretanto, ela indagava: “serão essas decisões, justas e oportunas, penhor dos benefícios da coletividade pela expansão das aptidões?”. E respondia taxativamente: “não” (p. 91).

A mesma pesquisa foi aplicada no Ginásio do Estado, frequentado por crianças de camadas mais abastadas, e teve a participação de 412 estudantes. Dentre estes, 393 preferiam profissões liberais (médicos, engenheiros, advogados). Em sua análise, Rudolfer (1929) avalia tais escolhas como negativas, afinal, em suas palavras, “seres dotados de qualidades mediocres ingressam em profissões brilhantes” (p. 92). Assim, ela assevera:

urge criar-se uma mentalidade profissional que vá, de antemão, ceifando a erva ruim que grassa entre nós, sob forma reveladora da mentalidade estreita: o interesse particular sobrepujando o interesse geral (p. 93).

Em suas considerações, a professora afirmava que nem as crianças nem as famílias possuíam condições de guiar a escolha profissional, tarefa que deveria ser destinada ao serviço especializado de orientação, o qual estaria vinculado à psicologia.

Ao apresentar sua tese na Comissão de Ensino Primário da II Conferência de Educação, ela recebeu elogios significativos, declaração de louvor e aplausos para “seu inteligente esforço”, tendo sido aprovadas suas conclusões (SILVA, 2004, p. 154).

O mesmo texto foi divulgado em dois meios de comunicação da época: *Página da História*, que continha as resoluções da Conferência de 1928, e a revista *Educação*, de 1929. Nesta última, notamos a supressão de um item da tese, qual seja: “à mocidade, que a predileção pelas profissões liberais ou administrativas é desvio de energias preciosas para a produção do País” (SILVA, 2004, p. 155). É legítimo atribuir importância a essa ausência quando consideramos as críticas de Rudolfer explicitadas na análise ao tratar da escolha das profissões liberais (médicos, engenheiros, advogados) pelos alunos.

Esse fato mostra-se revelador diante da dimensão do controle almejado pela orientação profissional (e, por conseguinte, pela psicologia). A presença desse controle teria início na escola primária, a partir de seleção, classificação e encaminhamento dos indivíduos para as devidas ocupações na sociedade; conforme sintetizado na epígrafe da publicação de 1929, tratava-se de alocar *the right man in right place* (o homem certo no lugar certo). Entretanto, tal autoridade controladora destinava-se apenas às camadas populares, sendo excluídas a elite e as camadas médias, que deveriam continuar escolhendo as *profissões brilhantes* mesmo quando alguns de seus indivíduos pudessem ser qualificados como medíocres. Isso sinaliza que não ficaria comprometido o processo de modernização conservadora condizente com o modelo liberal-elitista e que estaria assegurada a manutenção das estruturas de dominação.

Educação e psicologia: garantia do equilíbrio social

Assim, com a preocupação de controle e ajuste do trabalhador, foi fundado o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em julho de 1931, sob o patronato da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do jornal *O Estado de S. Paulo*. Empresários e educadores participavam do IDORT, e Noemy Rudolfer foi sócia fundadora (categoria A) e contribuiu ativamente em suas atividades. Além de publicar artigos na revista do Instituto (*IDORT: Revista de Organização Científica*), ela foi responsável pela Comissão de Redação e, junto com Victor da Silva Freire, pela seção de Orientação Profissional. O primeiro número da revista, publicado em janeiro de 1932, revela que, ao lado da professora, estavam: Armando de Sales Oliveira, na seção de Assuntos Gerais; Aldo de Azevedo e Roberto Simonsen, na seção de Organização Geral do Trabalho Administrativo; Roberto Mange e Monteiro de Camargo, na seção de Seleção e Educação Profissionais; Roberto Mange e Júlio Genta, na seção de Tecnologia do Trabalho; Geraldo de Paula Souza e Antônio Carlos Pacheco e Silva, na seção de Higiene do Trabalho. Lourenço Filho (1946), outro associado, descreve que o Instituto nasceu com o “desejo de servir ao progresso do trabalho em nossa terra”, e que

desde 1924, ensaiava o Instituto de Higiene, anexo à Faculdade de Medicina, propagar as idéias de higiene mental, inclusive as de higiene aplicada ao trabalho. [...] Robert Mange e Benjamin Ribeiro realizam trabalhos concretos de seleção profissional no Liceu de Artes e Ofícios. O professor de Psicologia da Escola Normal da Praça ensaia a Orientação Profissional nessa escola e no Liceu Rio Branco. (p. 140)

Acerca desse histórico, o educador escolanovista discorreu sobre a vinda de Henri Pierón e Leon Walther, que ministraram curso sobre tec-

nopsicologia do trabalho industrial⁵. O fato deu corpo e direção à ideia de instituir uma sociedade de psicotécnica, posteriormente um centro de estudos de organização científica, concretizado no Instituto (LOURENÇO FILHO, 1946)⁶.

O IDORT, criado em um momento de “redefinição das práticas de dominação social” (ANTONACCI, 1993, p. 17), nasceu como fruto de um movimento histórico:

Nos anos 10/20/30 ocorreu, em São Paulo, um dos momentos históricos, em que práticas de expansão do poder patronal até então exercidas sem fundamentações, explicitações e vínculos precisos, de forma empírica, descontínua e desordenada, passaram a ser discutidas e sistematizadas, teoricamente referendadas e cientificamente aplicadas, em meio a enfrentamentos do contrapoder operário. E ganharam força por que respaldadas na ciência e na razão. (p. 36)

O Instituto almejava “promover tipos ideais de trabalhadores e empresários, com comportamentos, hábitos e atitudes modelares e abstratos, no sentido de alheios a qualquer contexto social” (p. 16). Com a intenção de quebrar o controle e a autonomia exercida pelos trabalhadores em suas funções, pleiteava-se que tal objetivo seria plausível a partir da padronização do *que* e de *como* se produzia. Dessa forma, deveria ser aprofundada “a divisão do trabalho, restringindo a autonomia dos trabalhadores nas formas de dispor seus tempos, modos e espaços de trabalho, reconstituindo estruturas e relações de poderes no processo produtivo” (p. 42).

Ao evocar suas intenções em nome da ciência e da razão, o IDORT procurou reorganizar e dar um novo conteúdo ao trabalho. Criou conceitos laborais e novas práticas de ensino e profissionalização a fim de atender às exigências de execução de ações repetitivas e precisas.

5 - Em 1929, a Associação Comercial de São Paulo contratou Leon Walther, especialista em psicologia industrial (ANTONACCI, 1993).

6 - A relação de Lourenço Filho com a psicotécnica foi tratada por Carlos Monarcha (2001).

Também procurou “formar trabalhadores para esse tipo de trabalho e construir instrumentos para operacionalização desses objetivos” (p. 66). Pretendia-se atingir, no universo mental, “a imagem de um *trabalho eficiente competente, definidor de capacidades individuais e apaziguador de conflitos*”. Munido desses princípios e articulado a outras instâncias, o Instituto “promoveu campanhas de verdadeira *reeducação dos sentidos*” (p. 16, grifos nossos).

De acordo com Maria Antonieta Martinez Antonacci (1993), a racionalização dizia respeito “não somente à produtividade e eficácia empresarial, mas, fundamentalmente, à *razão de poder e disciplina social*” (p. 18, grifos nossos). Ao perseguir esse objetivo, o movimento de organização científica do trabalho desqualifica os trabalhadores, tanto em sua ação de organização do trabalho, como em suas reivindicações; em seu desdobramento, desqualifica também a vida política, a ação política e o político. Toda autoridade aos técnicos, a partir de nova estruturação de poder, na vida pública e privada, já assentava as bases da nova ordem desde o final da década de 1920 (ANTONACCI, 1993).

Assim, a concretização dos objetivos do IDORT dependia de alguns fatores que foram paulatinamente superados. Com o rompimento do poder e do controle dos sindicatos operários sobre o mercado de trabalho, com sua regulamentação oficial pelo Estado e a ausência de canais de expressão e representação da classe trabalhadora, puderam ser impostos os princípios e normas de administração científica (ANTONACCI, 1993).

Afinada com esses propósitos, Rudolfer apresentou à V Conferência Nacional de Educação da ABE, em 1932, a comunicação *Da homogeneização das classes escolares*. Esse texto, publicado na revista do IDORT em abril de 1933, colocava em questão as *diferenças individuais* e o porquê do fracasso escolar. A temática desenvolvida por Rudolfer (1933a) defendia a centralidade do processo educacional no aluno, mediante o interesse do professor em saber como cada criança é, como aprende, quais são

suas aspirações, seus hábitos e suas deficiências para, por meio dessas informações, definir o método, a técnica e o processo que deveriam ser empregados. A partir disso, dever-se-ia iniciar o controle que continuaria na condição de trabalhador na vida adulta.

Como signatária do *Manifesto dos Pioneiros* de 1932, Rudolfer apresentou ideias renovadoras, porém marcadas por um viés liberal-conservador. Ela afirmou que cabia ao psicólogo – sob a dupla influência da psicologia educacional e da nova filosofia da educação – “determinar as diferenças individuais e avaliá-las à luz da informação suplementar fornecida pelo professor e pelos pais, para melhor ensino da criança e para progresso mais seguro no seu ajustamento à escola” (RUDOLFER, 1933a, p. 93). Ao perseguir seus objetivos, ela via nos testes um meio de prever e classificar os alunos em grupos mais ou menos homogêneos, “justamente porque parece haver alta correlação entre o sucesso escolar e a função que pretender medir” (p. 96).

A certeza de sucesso do processo de classificação dos alunos e da organização dos grupos homogêneos teve origem no trabalho desenvolvido por Lourenço Filho em São Paulo (em que foram empregados os *Testes ABC*), com a distribuição de 15.605 alunos de primeiro grau em classes de progresso rápido, progresso normal e progresso lento. Para Rudolfer (1933b), os resultados obtidos “dizem mais do que qualquer argumento” (p. 113). Houve um aumento na promoção de 20% sobre os anos anteriores, bem como a promoção de 1.038 alunos para o segundo grau, seis meses após a classificação. Isso representava que o procedimento gerava também uma economia para os cofres públicos.

Nas conclusões de seu trabalho, Rudolfer (1933b) lamentava que, infelizmente, a preocupação geral da época convergia em “*expor o problema da educação, em termos de ensino, não de aprendizado*”; e prosseguia ela: “falamos a nossos professores de programas, horários, materiais, exames – e se esquecem da criança, interesses, capacidades” (p. 116, grifo nosso).

Isso significava, para a educadora, que a escola girava em torno do professor. Indicava também que, para avançar contra esses problemas da educação – sendo um deles a reprovação –, em primeiro lugar, seria necessário o conhecimento da criança. Para isso, ela sugeria três medidas: a preparação do professor, a preparação do psicólogo escolar e a criação de um serviço de psicologia educacional. A partir de tais medidas, ela esperava centralizar o processo educacional na psicologia, a qual era vista por ela como a ciência capaz de solucionar o problema.

Nesse sentido, a respeito da formação de professores, Rudolfer (1933b) não duvidava que a inclusão de disciplinas como psicologia (educacional, da criança, da adolescência), medidas e estatísticas aplicadas à educação no currículo das Escolas Normais cumpriria importante e fundamental papel.

Para a formação dos psicólogos escolares, além de cursos de especialização, ela sugeria a criação de um curso superior. No currículo, recomendava as seguintes disciplinas: psicologia (educacional da criança, da adolescência, do anormal, social, das matérias elementares e secundárias), estatísticas aplicadas à educação, ajustamentos mentais, construção de programa, diagnose e medidas curativas na escola primária e secundária (RUDOLFER, 1933b).

Ao fazer referência a um serviço de psicologia aplicada, Rudolfer (1933b) esperava que este tivesse as funções de: estudar e determinar as diferenças individuais; ocupar-se de medidas do aprendizado e do ensino; pesquisar e divulgar os princípios psicológicos do aprendizado. Tal trabalho seria feito a fim de auxiliar a escola a fornecer, para cada criança, o ambiente mais adequado ao desenvolvimento de suas capacidades; habilitar a criança a fazer o melhor uso possível de suas oportunidades educacionais; e fornecer ao mestre bases objetivas para medidas do próprio trabalho, de modo que ele pudesse perceber as falhas e deficiências do próprio ensino e habilitar-se a corrigi-las por si mesmo.

Ao expor sua proposta, a intelectual afirmava taxativamente:

com o sistema que propomos não há fracasso. Se o aluno fosse incapaz de seguir o grau normal de progresso, seria colocado num grupo, cujas qualidades fossem semelhantes às suas, onde deixaria de ser a 'exceção' e em que métodos individuais de ensino lhe permitiriam gozar de cuidados adequados. (p. 117)

Encontramos aí certa aproximação com a Escola Nova, pensada e disposta "em torno da intenção de aprender da criança e não em torno da intenção de ensinar do professor". Isso representava o atendimento dos princípios democráticos:

igualdade de oportunidade educacional e diferenciação dos indivíduos, a fim de que cada um tenha o tratamento adequado que lhe permita atingir o máximo de suas possibilidades para viver eficiente, dentro do grupo social. (p. 117)

A partir de suas viagens aos EUA (1928 e 1930), Rudolfer construiu e fortaleceu argumentos sólidos para a inclusão da psicologia no interior da escola. Tal movimento ia ao encontro do propósito de atribuir a essa disciplina o caráter científico de que outros campos de conhecimento já gozavam. Seus relatórios de viagem contêm os conceitos de *mudança* e *adaptação*, utilizados para justificar o "papel preponderante da Psicologia na obra educacional americana" (RUDOLFER, 1930, p. 154). Em face disso, ela avaliava que

o princípio básico dessa obra educativa é o seguinte: os tempos estão mudando. Se a educação visa adaptar o indivíduo à vida, deve prepará-lo para enfrentar a mudança, não pela transmissão de dogma e princípio de uma civilização passada, mas permitindo-lhe que viva a própria experiência, para criar os próprios princípios. (p. 154)

Mediante o exemplo das escolas norte-americanas, Rudolfer (1930) defendia que toda

escola no Brasil deveria sediar um departamento de psicologia, em que o psicólogo seria considerado "*elemento indispensável* de uma boa organização escolar. Do seu trabalho depende a distribuição dos alunos" (p. 154, grifo nosso). O que importava nessa educação observada e aclamada por ela era que, como base científica, residisse o "*conhecimento exato* dos fatos e das leis do desenvolvimento individual" (p. 156, grifo nosso).

Em seus textos, a educadora não produziu apenas relatórios de viagem. Nas entrelinhas, há a defesa do modelo norte-americano como sendo benéfico para a sociedade brasileira, bem como a proposição de uma psicologia com *status* de ciência, entendida como ferramenta fundamental para operar a transformação almejada, fosse na escola ou no serviço de orientação profissional. Afinal,

à coletividade interessa pôr o homem no lugar devido, para *garantia do equilíbrio social*. [...] busca-se hoje mais orientar a pessoa na sua vida total que apenas na profissão. Em outras palavras: [...] a pessoa deve sentir-se feliz, da qual a felicidade no trabalho é mera parcela. (RUDOLFER, 1942?, p. 153-154, grifo nosso)

Desse modo, a psicologia e a orientação profissional ocupariam posição central na sociedade, alocando as pessoas em seu *lugar devido* e, principalmente, não se limitando ao espaço do trabalho, mas atuando na totalidade da vida. Com isso, assegurar-se-ia um controle em toda a organização social, evitando conflitos e mantendo a estrutura de dominação.

Considerações

Em sua trajetória, Noemy Rudolfer procurou mover-se no sentido de, decididamente, estreitar a contribuição da psicologia para o aperfeiçoamento da sociedade brasileira. As ações por ela empreendidas visaram construir uma modernidade que se pode adjetivar como *conservadora*. Nesse intuito, sua atuação na psi-

ciologia educacional e na orientação profissional configurou-se em um campo que se tornou central nas discussões daquele momento histórico, auxiliando a concretizar as bases do apoio científico para o processo de dominação.

De acordo com Rudolfer, o psicólogo, amparado pelo conhecimento científico fornecido pelos testes, desempenharia na sociedade as funções técnicas de classificar os indivíduos e determinar, desde a escola, a qual grupo cada um deveria pertencer até ingressar no mundo do trabalho. A professora sustentava sua argumentação a partir de uma suposta neutralidade técnica e científica que serviria aos propósitos do IDORT, do liberalismo nascente no Brasil e do escolanovismo.

Sua fundamentação teórica baseava-se na preponderância do fazer técnico sobre o filosófico ou sociológico, bem como no afastamento entre política e processo educacional. A política convertia-se em controle, em ordem, em poder de administrar e organizar racionalmente a sociedade. Por sua vez, a educação, em sua execução e em seus objetivos, necessitava de métodos racionais fundamentados na psicologia.

Por meio de seus textos, Noemy Rudolfer evidenciava a defesa de uma matriz que urgia pela consolidação do liberalismo no interior do campo educacional, mediante uma modernização de caráter conservador. Tal modelo conceitual coincidia com interesses da elite em ampliar o controle sobre a organização do trabalho e da sociedade, sem se descuidar de manter a pretensa imagem igualitária angariada pela possibilidade democrática no Brasil. Caminho semelhante a esse também foi perseguido pela Revolução de 1930, quando se procurou modernizar o Estado brasileiro rompendo com as antigas estruturas da República Velha.

Esse aporte teórico materializou-se nas práticas e pesquisas baseadas em testes realizados no Serviço de Psicologia Educacional e, posteriormente, no Laboratório de Psicologia Educacional junto ao Instituto de Educação da USP. Os procedimentos coordenados por Noemy

Rudolfer também auxiliaram o IDORT na criação de mecanismos de seleção e identificação dos indivíduos *não aptos* para a sociedade pensada pela elite. Assim, buscava-se aplicar um controle que se utilizava de um discurso *científico* e que estava respaldado pela psicologia, de modo que os interesses individuais ficassem sujeitos aos interesses da produção e do Estado – configurava-se, pois, uma modernidade conservadora.

Ou seja, as oportunidades existiam, sendo iguais para todos, mas as aptidões eram diferenciadas; por isso, havia a necessidade de adequações e adaptações dos indivíduos no mundo do labor e, por conseguinte, na sociedade. Tais elementos, porém, não deixam de ser contraditórios, visto a autora ter considerado que os indivíduos deveriam viver suas próprias experiências e criar seus próprios princípios.

Esse pensamento permeou as instituições do período, tanto no campo do trabalho, como no educacional, classificando e nomeando os *desajustados*. Assim, garantiu o sucesso de alguns e justificou o fracasso de outros. A educação cumpria um papel elitista ao reservar os *melhores* lugares para aqueles que eram identificados em análises *científicas* como *certos*, o que não garantia a exclusão dos indivíduos de *qualidade medíocre* desse processo.

Como uma das signatárias do *Manifesto dos Pioneiros* de 1932, Noemy Rudolfer desenvolveu seu pensamento em torno da defesa de uma proposta conservadora que apostou no controle, na seleção e na classificação dos indivíduos ao longo de toda sua trajetória na sociedade, tendo em vista impedir que os *desajustados* ameaçassem a ordem social e questionassem as desigualdades e o acesso ao trabalho e à escola. Podemos concluir que o percurso dessa professora ajuda a compreender e problematizar uma nova ordenação liberal da sociedade com características conservadoras e autoritárias, as quais receberam a colaboração da psicologia e refletiram-se nas preocupações educacionais e no mundo do trabalho.

Referências

- ANGELINI, Arrigo Leonardo. Centenário do nascimento da Acadêmica Noemy da Silveira Rudolfer (08/08/1902-16/12/1980). **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, ano XXII, v. 4, n. 2, p. 16-20, out./dez. 2002.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. **A vitória da razão(?)** O IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Editora Marco Zero; co-edição MCT-CNPq, 1993.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BAPTISTA, Maria T. Dias da Silva. Rudolfer, Noemy da Silveira (1902-1988). In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001. p. 337-340.
- CABRAL, Anita de Castilho e Marcondes. A psicologia no Brasil. **Boletim FFCL-USP: Psicologia**, São Paulo, v. CXIX, n. 3, p. 9-51, 1950.
- CUNHA, Luis Antônio. **De homens e máquinas: Roberto Mange e a formação profissional**. São Paulo: SENAI-SP; Campinas: UNICAMP, 1991. 2 v.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Como surgiu o IDORT. **Revista de Organização Científica do Trabalho**, São Paulo, v. 15, n. 175, p. 140-141, 1946.
- _____. **Introdução ao estudo da escola nova**. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.
- MONARCHA, Carlos. **Laurenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação: São Paulo, 1922-1933**. Brasília: INEP, 2001.
- ROMANI, Carlo. **Clevelândia, Oiapoque - aqui começa o Brasil!:** trânsito e confinamentos na fronteira com Guiana Francesa (1900-1927). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- RUDOLFER, Noemy Marques da Silveira. Preparo da linguagem escrita. **Educação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 54-64, out. 1927.
- _____. A orientação profissional: seu objetivo - papel da escola primária como pré-orientadora profissional. **Educação**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 87-98, jan./fev. 1929.
- _____. Visitas de professores brasileiros aos Estados Unidos. **Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 153-158, jan./fev. 1930.
- _____. Da homogeneização das classes escolares. **IDORT: Órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo**, São Paulo, ano 2, v. 2, n. 16, p. 92-96, abr. 1933a.
- _____. Da homogeneização das classes escolares [continuação]. **IDORT: Órgão do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo**, São Paulo, ano 2, v. 2, n. 17, p. 109-117, maio 1933b.
- _____. Os Estados Unidos que eu vi: impressões de uma breve visita. In: **Vida intelectual nos Estados Unidos: palestras promovidas no ano de 1941**. São Paulo: Editora Universitária, 1942?. p. 139-160.
- SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé; São Paulo: Imaginário, 2002.
- SÃO PAULO. Secretaria Estadual da Educação de São Paulo. **Ata da Congregação do Instituto de Educação**. São Paulo: Centro de Referência em Educação Mário Covas; SEE/SP, 1933-1938.

SILVA, Arlette Pinto de Oliveira e (Org.). **Páginas da história**: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Brasília: INEP, 2004.

WARDE, Mirian Jorge. Noemy da Silveira Rudolfer. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros (Orgs.). **Dicionário de educadores no Brasil**: da colônia aos nossos dias. 2ª. ed. aumentada. Rio de Janeiro: Editora UERJ & MEC/INEP/COMPED, 2002. p. 860-866.

Recebido em: 03.05.2011

Aprovado em: 22.09.2011

José Damiro de Moraes é professor adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.